

ECONOMIA & TRABALHO

Brasil, segundo-feira
11 de abril de 1999

CONHEÇA BAZILIANE

EDITORA: JUIZ PARECERES SUBSTITUIÇÃO: Regina Almeida, Nelson Oliveira e Vercia Wolk. Telefone: (081) 341-1192/142-1191. Fax: (081) 342-1115. E-mail: economia@jornalbrasil.com.br

OS POBRES FICAM MAIS POBRES

MISÉRIA VOLTA A CRESCER DEPOIS
DE TER DIMINUÍDO COM O PLANO
REAL. A CULPA É DOS JUROS ALTOS E
DA DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA

Ricardo Leopoldo
Da equipe do Correio

São Paulo — Casado da pobreza no interior da Bahia, Germano Silva Santos, 42 anos, deixou a cidade de Itororó em 1995 com a mulher, Edineza, e três filhos, e foi para São Paulo. Empregado de uma fazenda, ele ganhava o salário mínimo da época, R\$ 100,00, valor suficiente para comprar alimentos. Algumas semanas depois de chegar na capital paulista, a vida de sua família começou a melhorar. A mulher foi contratada como doméstica numa residência do bairro da Mooca, zona leste paulista, onde passou a ganhar R\$ 100,00. Germano trocou a estada pela pil e começou a fazer "bicos" em prédios e casas, o que lhe garantiu uma renda média de R\$ 150,00 por mês.

Embora o padrão de vida da família Santos tenha melhorado bem na nova cidade, Germano estava sempre à busca de um emprego fixo, mais estável, com registro em carteira. Em agosto do ano passado, depois de uma procura de três anos, foi contratado como faxineiro de um prédio na Pompeia, região de classe média na zona oeste da capital paulista.

Na nova função, seus rendimentos saltaram para R\$ 450,00 por mês. "Agora, muito, muito, para ter um trabalho decente. Agora posso economizar. Meus filhos sabem que poderão ter um novo sapato quando acabar o calçado velho", comenta. "O real está sendo bom para mim. Hoje não estou nem pensando na vida e melhor a que levava há algum tempo na Bahia".

O caso de Germano Silva Santos ilustra um dos principais méritos do Plano Real nos seus quatro anos completos em julho de 1998. A pobreza no país neste período baixou. O fato foi constatado no estudo mais abrangente sobre o tema feito até agora no país, a que o Correio Braziliense teve acesso. Ele foi produzido por Marcelo Neri, coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério da Fazenda.

Para os pesquisadores, as pessoas mais humildes foram as principais beneficiadas pela nova moeda. "Melhorou a distribuição de renda com o índice controlado", comenta. "O modelo econômico que vigorou no país até o final do ano auxiliou o consumidor. Ele aumentou a concorrência junto a setores industriais muito concentrados em poucas empresas, especialmente em São Paulo".

Com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Neri calculou o número de pobres nas seis principais regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife). Ele usou alguns indicadores, inclusive a renda domiciliar per capita. O pesquisador concluiu que estava na penúria a família cujos ganhos brutos, na média nacional, não supe-

pliu uma casa com quatro moradores, onde o salário total é de R\$ 160,00, seria considerada pobre. O valor dos rendimentos deveria ser no mínimo de R\$ 180,00 (R\$ 45,00 por pessoa).

Marcelo Neri descobriu que em julho de 1994 30% das famílias residentes nas seis regiões metropolitanas pesquisadas eram pobres. Em dezembro de 1996, o custo de vida estável e o crescimento do país acumulados em 13,6% em três anos, melhoraram o padrão de vida das pessoas com menores rendimentos. A miséria baixou e passou a atingir 25% das famílias.

Em agosto passado, um mês depois de o real ter completado quatro anos, a pobreza voltou a crescer com a desaceleração da economia. Ela estava presente em 27,4% das famílias, mesmo assim, um número menor do que

o apurado no início do Plano Real. "A piora ocorreu devido aos reflexos das crises internacionais da Ásia e da Rússia no Brasil", diz Marcelo Neri. "Os juros subiram e o nível de atividade do país não sustentou a expansão obtida até o fim de 1996".

Em 1997 e 1998, o governo manteve os juros em níveis muito altos para evitar uma fuga maciça de dólares: as taxas chegaram a 43% em novembro de 1997 e 49,5% em setembro do ano passado. Para o Banco Central, se os juros não fossem elevados o investidor de curto prazo fugiria do país. A saída dos capitais provoca-

ria uma forte crise cambial, o que, afinal, acabou ocorrendo em janeiro.

Nos últimos dois anos os juros elevados balçaram o ritmo de produção das empresas, pois ficou muito mais caro tomar empréstimos para comprar matérias-primas ou expandir fábricas. Como consequência, o desemprego médio saltou de 5,6% para 7,5% no período. Entre 1997 e 1998 despençou o Produto Interno Bruto (PIB). A expansão total do país no período ficou em 3,15%, pouco superior aos 2,9% de 1996.

A queda do nível de pobreza foi mais sentida nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, onde impera o emprego dos setores de serviços e comércio. As áreas menos beneficiadas foram São Paulo e Porto Alegre, regiões onde os trabalhadores dependem muito das indústrias.

As empresas paulistas demitiram 553 mil funcionários desde julho de 1994, um corte de 25% das vagas do setor em todo o estado. "O real não trouxe a renda das pessoas que não se protegem no mercado financeiro. Contudo, o Plano baseou-se num câmbio sobrevalorizado por quatro anos, que obrigou o país a ficar dependente de forma exagerada de juros altos", comenta Carlos Roberto Liboni, vice-presidente da Fisp, e completa: "A queda de empresas é ruim para o Brasil. O emprego mais bem qualificado são os extintos e deixamos de produzir tecnologia. Sem ela, a economia não se moderniza, nem cresce. Com pequena expansão do PIB, os in-

teresses não estão entre os 10% mais ricos que vivem seus rendimentos diminuindo em 2,7% nos últimos quatro anos na grande São Paulo, como

Marcelo Neri



Polido, com sua família: "Não quero acordar de novo às 6 horas da manhã para batalhar por algo que não é meu"

Metalúrgico, um rico sem emprego

No dia 23 de dezembro, o metalúrgico Silnei Polido, 35, recebeu em Santo André, Grande ABC (SP), uma carta dura, cuja mensagem nada lembrava o tom cristão da época natalina. Era sua demissão sumária da Ford, montadora a qual dedicou 13 anos, e vinha atuando na manutenção de máquinas. Ele foi um dos 2.800 dispensados pela montadora com um aviso frio, às vésperas das festas de fim de ano. "Perdi o emprego e não vou poder trabalhar. Eu era um empregado e isso poderia ocorrer. Mas a empresa foi covarde e esqueceu de nos tratar com a mínima dignidade".

Silnei está entre os 10% mais ricos que vivem seus rendimentos diminuindo em 2,7% nos últimos quatro anos na grande São Paulo, como

Márcio Pochmann. O salário cai porque há muitas despesas nessa categoria de ocupados, reduzindo bem o nível médio da renda.

Por exercer um trabalho muito especializado, Silnei ganhava R\$ 2.200,00 brutos por mês. Ele lidava com equipamentos modernos, como robôs computadorizados. Seu currículo e juventude permitiram-lhe pleitear um cargo em outra montadora, como a Asia e Renault. Ele também está interessado em trabalhar na Mercedes-Benz, que tem uma fábrica em São Bernardo do Campo, vizinha à sua cidade. "Se eu for chamado, acho que não vou receber mais que R\$ 1.400,00", comenta. "O mercado está difícil. Uma empresa de Guarulhos (a 35 km de São Paulo), ofereceu-me uma oportunidade. Porém, o salá-

rio de R\$ 1 mil não compensava".

Dono de um vigor psicológico extraordinário, Silnei busca no carinho da mulher, Rose, e dos filhos Daniel, 13 anos, e Barbara, 9 anos, a motivação diária para vencer as angústias. "Minha esposa faz congelados há um ano. Fatura uns R\$ 500,00 por mês. Se não arrumar algo muito interessante até junho, acho que vou aplicar no negócio um pouco dos R\$ 40 mil que recebi de indenização", comenta. "Eu não quero acordar de novo às 6 horas da manhã para batalhar por algo que não é meu. O emprego nas indústrias vem diminuindo muito, o que provoca um medo grande de demissão. Um negócio próprio é difícil, mas dá esperança e motivação para começar uma nova vida". (RL)

São Paulo foi mais atingido

Na pesquisa de Marcelo Neri foram considerados os rendimentos até R\$ 151,00 per capita da população ocupada nas seis regiões metropolitanas mais importantes do Brasil. Nessa categoria estão incluídos os empregados com carteira, trabalhadores sem registro, autônomos e pequenos empresários. Ele constatou que os valores subiram 26% nos quatro primeiros anos do Plano Real. Os 10% mais ricos (média de rendimentos de R\$ 1.334,00) também registraram uma alta de 25% no período. "A nova moeda permitiu uma melhora da qualidade de vida da população. A inflação muito elevada corria a renda das pessoas, sobretudo de quem não podia se proteger no mercado financeiro", registrou Neri.

O coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Ietes), contudo, apurou uma retração considerável nos números registrados entre dezembro de 1996 a agosto de 1998, reflexo da fraca expansão da economia em relação ao biênio 1994-1995. Os rendimentos médios dos 50% mais pobres caíram 30 pontos percentuais no período. Os 10% mais ricos sentiram bem menos as perdas, pois ficaram em três pontos percentuais. "A melhoria para os dois grupos são sensíveis. Contudo, quando a economia apresentou resultados menos expansivos, foram os ocupados pobres os que mais perderam nesse período".

Em São Paulo, os benefícios do real foram menores do que os registrados na média nacional. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), produzida pelo Departamento Interdisciplinar de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese) e Fundação Seade, os ganhos dos ocupados entre os 50% mais pobres cresceram 10,9% na região metropolitana durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Os 10% mais ricos, ao contrário, perderam rendimentos no período, com baixa de 2,7%.

Márcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), autor do levantamento, concorda com Marcelo Neri, quando diz que São Paulo sofreu mais entre 1994 e 1998. Para ele, como o setor fabril foi o principal prejudicado no Plano Real, coube ao comércio e serviços ampliarem o número de ocupados no período. As fábricas na área metropolitana diminuíram em 13,3% a quantidade de empregados com registro.

Pochmann aponta que os 10% mais ricos perderam renda média porque foram atingidos pela retração da economia nos dois últimos anos. "Pessoas com funções mais especializadas foram dispensadas porque as companhias costuram custos", comenta. "Muitos outros, que atuavam em cargos de gerência, viram seus postos serem extintos devido à reestruturação administrativa, que inclui a terceirização de serviços".

Carlos Roberto Liboni aponta que em muitos setores, como o de máquinas, o crescimento da renda média pode ser indicador de aumento de emprego. Isso ocorre especialmente em áreas que decidiram dispensar empregados para reduzir custos e atender a demanda interna com importações, como vem ocorrendo nas fábricas de equipamentos de bens de capital. (RL)